



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

ARTEMIZ CARNEIRO DE ALMEIDA

**ANÁLISE DE ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA MINHA
CASA MINHA VIDA NO CONJUNTO HABITACIONAL LAGO AZUL I, III E IV
NA CIDADE DE ARAGUAÍNA - TO**

ARAGUAÍNA-TO
2017

ARTEMIZ CARNEIRO DE ALMEIDA

**ANÁLISE DE ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA MINHA
CASA MINHA VIDA NO CONJUNTO HABITACIONAL LAGO AZUL I, III E IV
NA CIDADE DE ARAGUAÍNA - TO**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade artigo, apresentado à coordenação do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins, para a obtenção do grau de Tecnólogo em Cooperativismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Roseni Aparecida de Moura

ARAGUAÍNA-TO
2017

ARTEMIZ CARNEIRO DE ALMEIDA

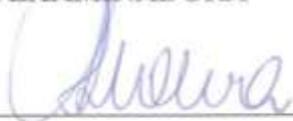
ANÁLISE DE ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA MINHA
CASA MINHA VIDA NO CONJUNTO HABITACIONAL LAGO AZUL I, III E IV
NA CIDADE DE ARAGUAÍNA - TO

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade artigo, apresentado à coordenação do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins, para a obtenção do grau de Tecnólogo em Cooperativismo.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Roseni Aparecida de Moura

Aprovado em 29/09/2017

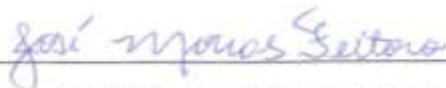
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Roseni Aparecida de Moura (Orientadora)



Prof.ª Me. Poliana Oliveira Cardoso



Prof. Me. José Morais Feitosa

ANÁLISE DE ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO CONJUNTO HABITACIONAL LAGO AZUL I, III E IV NA CIDADE DE ARAGUAÍNA - TO

Artemiz Carneiro de Almeida¹
Roseni Aparecida de Moura²

RESUMO: O programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) vêm se consolidando como uma importante política de acesso à moradia à população de baixa renda. Nesse sentido, os trabalhos que buscam avaliar esta política pública vêm ganhando notoriedade. Assim, este artigo tem por objetivo apresentar resultados de uma pesquisa realizada junto aos beneficiários deste programa tendo como foco identificar os impactos socioeconômicos do PMCMV sobre a perspectiva das famílias beneficiárias. Para tanto, realizou-se entrevista com 21 moradores do Habitacional Lago Azul I, III e IV no município de Araguaína-TO no período de julho a setembro de 2017. Os resultados apontam, por um lado, para precariedades no que tange a aspectos de segurança, e aumento de vulnerabilidade da população residente a partir da chegada ao habitacional. Por outro lado, as famílias atribuem importância à política pública habitacional na medida em que não possuíam casa própria.

Palavras Chave: Programa Minha Casa Minha Vida, Política Habitacional.

ABSTRACT: The My Home and My Life (PMCMV) program has been consolidating as an important policy of access to housing for the low income population. In this sense, the works that seek to evaluate this public policy are gaining notoriety. The aim of this article is to present the results of a survey carried out with the beneficiaries of this program, with the aim of identifying the socioeconomic impacts of PMCMV on the perspective of beneficiary families. For that, an interview was conducted with 21 residents of Lago Azul I, III and IV Housing in the municipality of Araguaína, TO, in the period from July to September, 2017. The results point, on the one hand, to precariousness regarding security aspects, and increased vulnerability of the resident population from arrival to housing. On the other hand, families attach importance to public housing policy as they did not own a home.

Keywords: PMCMV, Housing Policy.

¹ Acadêmica do curso de Tecnologia em Cooperativismo da Universidade Federal do Tocantins; E-mail: artemiz2017@gmail.com

² Bacharel em Gestão de Cooperativas- UFV. Dra. Em Extensão Rural-UFV Professora da Universidade Federal do Tocantins Curso Tecnologia em Cooperativismo; E-mail: roseni.moura@mail.uft.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar aspectos socioeconômicos sob a perspectiva dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do conjunto Habitacional Lago Azul I, III e IV na cidade de Araguaína-TO. Buscou-se verificar se ações sociais desenvolvidas para os beneficiários possibilitam a melhoria da qualidade de vida das famílias residentes nestes conjuntos habitacionais. Para além disso, deve-se considerar que a moradia é como uma identidade, pois o lugar onde moramos fala muito sobre nós, a que cultura e classe pertencemos.

Para o desenvolvimento deste trabalho, realizou-se uma pesquisa de campo junto aos moradores beneficiários do PMCMV. Além disso, realizou-se uma análise de dados secundários tendo como base documentos como a Portaria N° 21 do Ministério das Cidades, a Constituição de 1988, os Decretos e Leis do Programa Minha Casa Minha Vida, a Caixa Econômica Federal, as Políticas Públicas, os Relatórios e Diretrizes que constituem as Políticas Públicas Nacionais de Habitação e o desenvolvimento do Programa Minha Casa Minha Vida na Cidade de Araguaína especificamente. O objetivo foi identificar as ações sociais e importância das mesmas para inclusão social, os impactos socioeconômicos da população, dentre outros. Além disso, o estudo possibilitou verificar o nível de satisfação dos beneficiários para com os projetos socioeconômicos desenvolvidos pela ação social e pelo PMCMV no conjunto Habitacional Lago Azul I, III e IV.

Assim, este trabalho buscou responder a seguinte questão: Quais os impactos socioeconômicos do PMCMV sobre a perspectiva das famílias beneficiárias? De forma objetiva buscou-se analisar aspectos socioeconômicos do PMCMV sobre a perspectiva de vida dos beneficiários do conjunto Habitacional Lago Azul I, III e IV na cidade de Araguaína – TO.

Além desta *Introdução* e das *Considerações Finais*, o presente artigo subdivide-se em quatro outros tópicos, quais sejam: *Referencial Conceitual* no qual se buscou debater sobre a questão habitacional no Brasil e demonstrar aspectos do Programa Minha Casa e Minha Vida; *Aspectos Metodológicos da Pesquisa*; e a *Discussão dos Resultados da Pesquisa*.

2. REFERENCIAL CONCEITUAL

Este tópico tem por objetivo apresentar um resgate acerca das políticas habitacionais no Brasil, sobretudo o Programa Minha Casa Minha Vida, bem como aspectos específicos da implementação desta política pública em Araguaína, TO. Assim, primeiramente traça-se uma abordagem geral sobre políticas habitacionais no Brasil. Após esta rápida abordagem trata-se especificamente do PMCMCV e suas diretrizes.

2.1. Déficit Habitacional no Brasil e as Políticas Habitacionais

O déficit habitacional na realidade Brasileira sempre foi um assunto complexo para o governo desde século XX, haja vista que o movimento de imigração dos Europeus e Estrangeiros, bem como o processo de formação da urbanização das cidades brasileiras ocasionou as desigualdades sociais principalmente no que tange ao acesso a moradia. Devido a esta situação de precariedade das mínimas condições de habitualidade, o governo entende a situação como relevante e começa a atuar junto às políticas públicas no sentido de promover à população a possibilidade do acesso à moradia.

Em 1964 formulou-se a primeira política pública estruturada para enfrentar os problemas habitacionais. Para tanto, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e os meios de atuação através do Banco Nacional de Habitação (BNH), com o objetivo de possibilitar o acesso a crédito imobiliário para a população e contribuir para a diminuição do déficit habitacional do Brasil. Destaca-se a atuação estatal na questão dos problemas habitacionais possibilitando a criação de mecanismos, financiamento e implementação, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as Companhias de Habitação (COHABs), para subsidiar as políticas habitacionais da época e posteriormente.

O BNH atuou durante 22 anos e financiou quase 4,5 milhões de unidades habitacionais e o SFN foi responsável por 6,8 milhões de moradias até o ano de 2000. O BNH foi Incorporado junto a Caixa Econômica Federal (CEF) em 1986 (BONDUKI, 2009).

Desde então, o Brasil vem sofrendo grandes mudanças nos aspectos jurídicos institucionais, principalmente no que diz respeito às políticas habitacionais. Os problemas estão relacionados às políticas fundiárias devido às limitações do acesso a moradia para a sociedade de baixa renda, causando um impacto socioeconômico de forma excludente, levando precariedade às cidades (BONDUKI, 2011; MOREIRA, 2012).

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 já garantia que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção

à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição, assegurando, desta forma, os direitos habitacional do cidadão (BRASIL, art. 6º, 1988). No mesmo sentido, o Estatuto da Cidade de 2001 (Lei Federal, 10.257/2001) instituiu os direitos à cidadania e à moradia digna de desenvolvimento dos projetos, planejamentos direcionados aos direitos e viabilização participação de decisão estatal e sociedade envolvida e urbanização (SANTOS JR. e MONTANDON, 2011).

A Constituição de 1988 buscou descentralizar os processos e competências governamentais e ficou determinado que os municípios seriam responsáveis por assumir a autonomia na definição e execução de suas políticas públicas. Deste modo, foi criado o do Ministério das Cidades e as composições de secretarias, em 2003, combinando também com a institucionalização da decisão de políticas voltadas para os Programas Habitacionais no Brasil, como a Política Nacional Habitação (PNH) em 2004, por exemplo. Esta política visava a promoção da moradia digna a todos os cidadãos, principalmente os de baixa renda, gerando a inclusão social dessa população.

Nesse contexto, os municípios assumem a autonomia na definição e condução desta modalidade de Política Pública. Reafirmou os processos da função social da propriedade, com o apoio do Estatuto das Cidades estabeleceu diretrizes e cumprimento do Plano Diretor Municipal e alguns instrumentos básicos da Política Habitacional (IBID, 2011).

Diante deste cenário, em 2005 observou-se a valorização das políticas habitacionais pelo Governo Federal em um panorama de melhoria macroeconômica. Houve uma evolução de investimentos em projetos para suprir as necessidades habitacionais, como a criação do Programa Aceleração do Crescimento (PAC) (BONDUKI, 2008). O resultado disso foi a criação da lei Federal 11.124/2005 que tem como objetivo a ampliação dos recursos e subsídios destinados às políticas habitacionais para a população de baixa renda, o que culminou na criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que visava facilitar o acesso ao financiamento da habitação popular (BONDUKI, 2009; BRASIL, 2015).

O programa SNHIS contempla ações de urbanização de assentamentos precários, provisão habitacional, assistência técnica e apoio na elaboração do Plano Diretor de Habitação. Como recurso, prevê a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), e o Orçamento Geral da União (OGU) (BRASIL, 2015). Além disso, o Sistema Nacional de Habitação (SNH) contempla também o Sistema Habitação Mercado (SHM), com a finalidade de atender a população com renda entre cinco e dez salários mínimos por meio de

construtoras incorporadoras que atuam como agentes promotores do sistema.

O SHM também pode atender a população de baixa renda, o chamado “Mercado Popular”, sem a contrapartida do poder público. Para esse modelo de financiamento, o governo incentiva a utilização de recursos originários da captação das cadernetas de poupança, de consórcio habitacional, de certificados de recebíveis imobiliários e demais investimentos institucionais e de pessoas físicas (BRASIL, 2015). Dessa forma, o mercado também está fomentando a diminuição do déficit habitacional junto às construtoras incorporadas que atuam no meio habitacional.

No ano de 2008, o Plano Nacional da Habitação (PlanHab) estabeleceu as diretrizes da política habitacional e integração com a política urbana e a inovação para as políticas voltadas às famílias de baixa renda, o que foi um marco na história habitacional brasileira. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o número de moradias financiadas pelo SFH ultrapassou 600 mil unidades, algo que não se via desde 1980, na operação do extinto Banco Nacional Habitacional (BNH).

A estabilidade financeira e as taxas de juros baixas fez com que a renda das pessoas aumentasse esse cenário de recuperação, mas por si só, esses fatores não são suficientes para explicá-lo. A política habitacional é entendida como promoção de condições de acesso ao crédito ou subsídio do Estado para moradia –recuperou-se devido ao aumento dos recursos públicos, crédito e disposição do setor privado como bancos, construtoras, indústria de material de construção. Com a participação ativa nos processos, a habitação passou a ser vista como alternativa de investimento (BRASIL, 2015).

O segmento habitacional passou a ser visto como fundamental para o crescimento econômico, e para alavancar o nível de emprego no Brasil, frente à crise mundial. Diante destes acontecimentos, surgiu o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que estabeleceu estratégias que possibilitam a aquisição da casa própria por meio de subsídios ou com a concessão de crédito (BRASIL, 2015).

2.2.O Programa Minha Casa Minha Vida

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criado pelo Governo Federal no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, pela Lei nº 11.977 de 2009. Na primeira fase do PMCMV, foi proposto construir um milhão de moradias para famílias com renda até dez salários mínimos. Na primeira fase, o PMCMV criou três grupos beneficiários: o primeiro voltado para famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos, (previsão de construção de

400 mil moradias) – subsídio integral e inserção de seguro; o segundo grupo abarca as famílias com renda de 3 a 6 salários mínimos mensal (previsão de construção 400 mil moradias) – com o aumento do subsídio parcial com financiamento, redução dos custos do seguro e acesso ao Fundo Garantidor; e o terceiro grupo abrange as famílias com renda de 6 a 10 salários mínimos (previsão de construção de 200 mil moradias, atingindo a meta de 1 milhão moradias), com o objetivo de estimular as vendas, a redução dos custos do seguro e com o acesso ao Fundo Garantido (MARICATO, 2011; BONDUKI, 2009).

Para ter acesso ao financiamento e subsídios através do PMCMV se encaixar em dois componentes prioritários: a renda do beneficiário e o valor do imóvel.

A segunda fase do PMCMV continua priorizando os três grupos apresentados, considerando ainda os critérios de renda da primeira fase. Pode-se dizer que houve aumento da proporção de moradias entre os grupos, com a ampliação do número de moradias com previsão de faixa de 0 a 3 salários mínimos (aumento de 40% para 60% de moradias). No que se diz respeito ao encaixamento do imóvel, o PMCMV define um teto de 130 mil reais para as metrópoles (RJ, SP, DF), 100 mil reais para os municípios limítrofes e 80 mil reais para os municípios com mais de 500 mil habitantes. Em 2011, devido a decisão do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho (CCFGTS), foi ampliado o teto dos imóveis do PMCMV para 170 mil reais, 150 mil reais e 100 mil reais, de acordo com o déficit habitacional (MARICATO, 2011; BONDUKI 2009; ROLNIK, 2009).

Os recursos previstos inicialmente eram de 34 bilhões de reais, divididos entre programas de subsídios (28 bilhões), infraestrutura (5 bilhões) e direcionado para a cadeia produtiva (1 bilhão).

Com o objetivo de compatibilizar as prestações da casa própria com a capacidade de pagamento da família, o PMCMV estabeleceu como diretrizes: o pagamento da primeira parcela somente na entrega do imóvel; nos casos de financiamento, pagamento opcional de entrada, reduzindo riscos do financiamento com o fundo garantidor; barateamento do seguro; e desoneração fiscal e de custo cartorial. O Fundo Garantidor previsto no PMCMV, como aporte de recurso da União garantindo refinanciamento de parte das parcelas, em caso de perda da renda, estabeleceu a cobertura para o período vigente do contrato (BRASIL, 2015; CARDOSO e ARAGÃO, 2013). Já na segunda fase, o PMCMV ajustou os valores da faixa de renda, ampliou suas metas e escopo, aumentou o atendimento da faixa 01 e melhorou as especificações das unidades habitacionais. Foram determinadas as seguintes rendas: faixa 1 – família com renda até 1.600 reais; faixa 02 – família com renda até 3.100 reais; e faixa 03 – famílias com renda entre 3.100,01 e 5.000 reais, além de famílias da zona rural (BRASIL,

2015).

Pode-se dizer que a criação do programa também teve adesão e participação dos movimentos sociais ligados à questão da moradia, a exemplo, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Centro de Movimento Popular (CMP), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e Confederação Nacional das Associação de Moradores (CONAM).

A criação do PMCMV teve como base o Programa Nacional de Habitação (PNH) que foi instituído pelo Ministério das Cidades e estabeleceu os critérios e normas de seleção dos beneficiários e os processos de seleção dos possíveis contemplados para a aquisição de suas casas. De acordo com o censo demográfico de 2010, o déficit habitacional brasileiro nesse período atingiu 5, 8 milhões de unidades, o que representa 10,1% das unidades habitacionais do país. Nesse contexto, do ponto de vista socioeconômico, o déficit habitacional brasileiro abarca 72% de famílias com renda até três salários mínimos tendo como referência o ano de 2010.

A maior parcela do déficit brasileiro se dá pela coabitação: 2,4 milhões de domicílios (ou 42%) são famílias que dividem o mesmo teto ou estão em cortiços. A segunda parcela do déficit está relacionada ao ônus excessivo com aluguel, que se refere à população de baixa renda, de até três salários mínimos, cujos 30% de sua renda é para pagamento de aluguel. As famílias nestas condições alcançam a marca de 2,1 milhões de moradias ou 35% do total. A terceira parcela de déficit corresponde às moradias precárias, improvisadas e rústicas, o que está estimado em 1,3 milhões de moradias em todo o país.

O déficit habitacional total, 4,8 milhões de moradias, ou seja, 83%, concentra-se na zona urbana e um milhão (17%) na zona rural. Este déficit está concentrado na região norte e na região metropolitana das capitais do país, num total de 48%, marcado pela coabitação, 44%, e pelo ônus excessivo de aluguel, 43%. O déficit rural concentra-se na região nordeste do Brasil, onde 54% é caracterizada pela habitação precária (BRASIL, 2015).

Foi realizada uma projeção de 2012 a 2023 no Plano Nacional de Habitação. Para tanto, baseou-se na pauta dois indicadores: o número de famílias que se formarão nos próximos anos e o atual déficit habitacional. O ritmo de crescimento demográfico e a trajetória econômica do Brasil gera a necessidade de produzir 1,520 milhão de novas moradias por ano, em média, no período de 2012 a 2023. Trata-se de um enorme desafio, pois deverão ser construídas 24 milhões de moradias entre 2012 e 2023 (BRASIL, 2010).

Em 2014 foi aprovado o Manual de Instruções através da portaria nº 21 aos Trabalhos e Ação Social dos Ministérios das Cidades, o qual promove ações e diretrizes para a execução do PMCMV. De acordo com o capítulo I, inciso II este manual tem por objetivo “promover a

melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários’’ (BRASIL, 2014, p. 5). O trabalho social permite a ampliação dos espaços de desenvolvimento comunitário e autonomia.

A inserção e a participação social das famílias beneficiárias do PMCMV e a melhoria da qualidade de vida, está relacionada com as articulações das políticas públicas do governo, desenvolvendo os processos de formação e capacitação profissional, promovendo a inclusão produtiva dos beneficiários na sociedade, com o objetivo de gerar trabalho e renda. Além disso, deve-se fomentar processo de inclusão produtiva coerente com o potencial econômico e as características culturais da região, promovendo capacitação profissional e estímulo à inserção no ensino formal, especialmente de mulheres chefes de família em situação de pobreza extrema, visando a redução do analfabetismo, o estímulo à autonomia e à geração de trabalho e renda (BRASIL, 2014, p. 5).

Estas ações têm o intuito de garantir que as famílias beneficiárias do programa tenham a oportunidade de adquirir uma determinada profissão, através de programas e projetos de formação profissional com o apoio do Estado e Políticas Públicas de Habitação.

O PMCMV divide-se em dois níveis de subprograma, quais sejam: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O PNHU tem o objetivo da aquisição de imóveis novos na zona urbana de acordo com o nível da renda das famílias e conta com o apoio do governo, subsídios e financiamento. Já o PNHR, tem como finalidade oferecer aos agricultores rurais a aquisição de moradia e material de construção para ampliação e reformas de suas moradias para maior comodidade do agricultor (BRASIL, 2009; 2013).

O PMCMV tem o apoio do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal para o repasse dos recursos, financiamentos, fiscalização operacional e execução das obras (BRASIL, 2016). Além disso, existem no bojo dessa política pública, trabalhos voltados à Inclusão Social.

Assim, o trabalho social desenvolvido dentro do PMCMV oferece à população orientações políticas e técnicas para o exercício da cidadania, para garantir as condições de moradia digna e a evolução socioeconômica, e para a formação profissional em determinadas atividades para os beneficiários do programa (BRASIL, 2014).

O PMCMV tem como objetivo a criação de mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão dos projetos. Através de ações sociais, educação e formação profissional, visa melhorar a qualidade de vida e socioeconômica, além da inclusão social.

Uma das vertentes do programa diz respeito à inclusão social que, neste caso, é um trabalho desenvolvido pela assistência social em parceria com o governo no intuito de fortalecer a participação efetiva das famílias beneficiárias na implementação de projetos e garantindo moradia digna, geração de trabalho e renda equacionando a sustentabilidade.

De acordo com a Portaria nº 21 de 2014, que se refere ao Manual de Instrução do Trabalho e Ação Social do PMCMV, essas atividades são de suma importância para o desenvolvimento socioeconômico dos beneficiários. O desenvolvimento econômico e social tem o objetivo de gerar trabalho e renda para os beneficiários através de ações sociais e programas desenvolvidos no meio que convivem. São cursos de cabelereiro, pintura, manicure, bordado entre outros. Também existem programas de incentivo para o associativismo, cooperativismo e construção do próprio negócio (BRASIL, 2014).

2.3.A adesão do PMCMV em Araguaína -TO

O município de Araguaína fica localizada na região norte do Estado do Tocantins, a 368 km da capital Palmas. De acordo com o IBGE, no ano de 2016 a população chegou a marca de 173.112 habitantes representando uma densidade demográfica de 37,62 hab/km².

Com a construção da Rodovia Belém - Brasília (BR 153) em 1960, a cidade passou a ser conhecida como a Capital do Boi Gordo, e hoje é conhecida como Capital Econômica do Tocantins devido à força econômica que possui, quer seja pela pecuária, quer seja pelo setor comercial, serviço e indústria. Para Moraes (2014), o fator econômico de Araguaína está relacionado ao agronegócio, fluxo de pessoas, circulação de cargas, pois o município é cortado por uma Rodovia Federal.

No que diz respeito ao PMCMV neste município, verificou-se que o mesmo iniciou-se no ano de 2009, contudo, vale ressaltar que já existiam outros programas habitacionais como: Morar Melhor, Habitação de Interesse Social, Habitar Brasil BID, dentre outros.

Com a adesão do PMCMV em Araguaína, imediatamente começou o cadastramento de um grande fluxo de pessoas. Em seguida, foi realizada a triagem em indicadas as famílias para seleção, utilizando as informações de um Cadastro Único (CAD ÚNICO). Devido à grande demanda, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação se responsabilizaram pelo programa (CAIXA, 2010).

Em 2011, 932 famílias foram contempladas com as unidades habitacionais no Setor Vila Azul I e II (CAIXA, 2009). Em 2014, foram entregues 1.788 unidades habitacionais no setor Costa Esmeralda, e 416 habitações no Setor Construindo Sonho (CAIXA, 2014).

Em 2014 iniciaram as obras para mais unidades habitacionais do PMCMV no Setor Lago Azul I, III e IV com, respectivamente, 1.030, 500 e 1.000 unidades, totalizando 2.530 famílias beneficiárias (CAIXA, 2015). Também existem outras modalidades de habitação em Araguaína que estão em andamento, o Associativismo, com 1.000 unidades habitacionais; o Parque do Lago, com 876 habitações; e o Residencial Primavera, com 1.000 (SEMASTH, 2017).

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, partiu-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, através de um roteiro de entrevista semiestruturado. A pesquisa foi realizada de julho a setembro de 2017 em Araguaína -TO, tendo como público os conjunto habitacionais Lago Azul I, III e IV, que foram entregues pelo PMCMV em 7 de outubro de 2016 destinados para a sociedade de baixa renda (famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos). Os dados apresentados neste artigo foram gerados a partir da entrevista com 21 beneficiários. Inicialmente, foi feito um pré-campo com o objetivo de verificar a viabilidade da pesquisa e identificar possíveis participantes. Nesse momento, foi possível fazer um levantamento dos aspectos gerais presentes no habitacional.

Para a não identificação dos sujeitos envolvidos na pesquisa, eles serão apresentados por meio de números (Entrevistado 01, Entrevistado 02, etc.). A pesquisadora visitou as residências através de um intermediário que acompanhou e apresentou a pesquisadora aos moradores e, em um segundo momento, individualmente, expondo o motivo e objetivo da pesquisa, explicando como seria a entrevista. A participação do beneficiário era voluntária e, se concordasse em participar, o entrevistado teria sua identidade sob sigilo.

Outra abordagem da pesquisa se deu nas Secretarias Municipais, com o intuito de levantar aspectos específicos do PMCMV no município de Araguaína. Os dados obtidos na secretaria foram utilizados para descrever aspectos da adesão do PMCMV em Araguaína-TO.

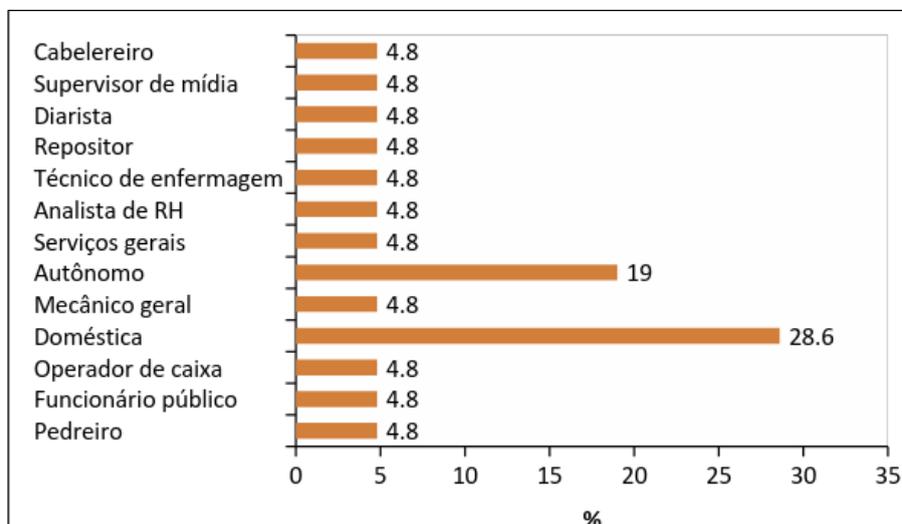
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As unidades habitacionais do setor Lago Azul I, III e IV foram entregues em 2016, ou seja, as famílias residem no setor há apenas 12 meses, o que pode justificar aspectos precários apontados pelos entrevistados em alguns quesitos de infraestrutura.

Inicialmente, buscou-se traçar o perfil dos beneficiários entrevistados. Assim, de acordo com o levantamento das informações obtidas com a pesquisa de campo, constatou-se que a média de pessoas nas unidades habitacionais por residência, varia entre duas e sete pessoas. Cabe ressaltar que, segundo dados apurados, os entrevistados antes de serem beneficiários da política pública denominada Programa Minha Casa Minha Vida, moravam, em sua grande maioria, de aluguel, haja vista que, dentro do quadro de entrevistados, 16 beneficiários pagavam aluguel, 04 residiam em casa cedida por algum membro da família e 01 residia com outros parentes. Este fato demonstra a importância do PMCMV para estas famílias.

Apurou-se ainda que, no quadro de entrevistados, a idade mínima encontrada era de 18 anos, sendo a média de 30 anos e a máxima, 43 anos. Dentre os entrevistados, 85,7% são do sexo feminino, 14,3% são do sexo masculino. A maioria trabalha de doméstica e como diarista (quando tem este para trabalhar). Entre outras profissões identificadas, verificou-se que é minoria o número de pessoas registradas no regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Portanto, entende-se que a maioria dos beneficiários entrevistados não conta com uma renda fixa mensal. A figura a seguir apresenta as porcentagens de cada profissão.

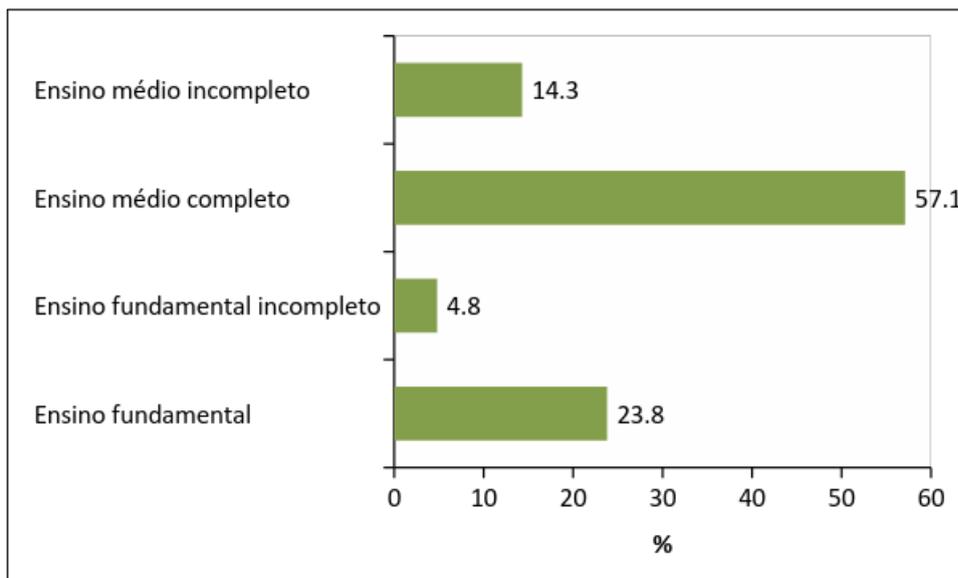
Figura 01: Profissões dos beneficiários entrevistados moradores no Residencial Lago Azul I, II, III



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Outro dado levantado na pesquisa foi acerca da escolaridade dos beneficiários entrevistados. Nesse sentido, observou-se que do total de entrevistados, 57,1% possuem apenas ensino médio completo, 14,3% ensino médio incompleto e 4,3% tem ensino fundamental incompleto, como demonstra a figura a seguir.

Figura 02: Escolaridade dos beneficiários entrevistados moradores do residencial Lago Azul I, II e III.



Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com esses dados, pode-se concluir que o nível de formação é relativamente baixo, o que pode dificultar uma inserção no mercado de trabalho por parte dos moradores e evidenciar a necessidade de ações das secretarias municipais voltadas a este público.

O levantamento buscou a opinião dos beneficiários sobre o PMCMV. Assim, 61,9% consideram ótimo, 33,3% consideram bom, e 4,8% consideram regular. Os dados demonstram que o programa foi avaliado de forma positiva pelos beneficiários. As justificativas apresentadas foram:

Programa bom, por ter conquistado o sonho da casa própria (Entrevistado 01).

Ótimo, deu oportunidade da casa própria para as famílias do setor. (Entrevistado 03).

Ótimo, deu oportunidade para as pessoas carente (Entrevistado 4).

Ótimo tirou minha família da casa precária (Entrevistado 14).

As opiniões dos entrevistados que julgaram como negativo, reforçam aspectos da

infraestrutura básica, a exemplo a questão da segurança, como apresentado nos fragmentos a seguir:

Regular, é devido não ter um suporte por parte dos órgãos competentes para com a segurança, saúde e educação de qualidade. (Entrevistado 2).

Regular por causa da insegurança (Entrevistado 14).

Outra questão abordada foi acerca da infraestrutura local. Segundo relatos dos entrevistados, a questão de infraestrutura ainda é muito precária, haja vista que aquela localidade não possui, na opinião dos mesmos, unidade de saúde, posto policial, agência bancária, lotérica, farmácia, feira livre, praça, academia, educação de qualidade, iluminação pública, pavimentação concluída.

Dentre os diferentes aspectos levantados, buscou-se conhecer a opinião dos entrevistados sobre os pontos positivos e negativos de viver no habitacional, bem como se a qualidade de vida dos mesmos melhorou ou piorou após ser beneficiário do programa, foi questionado também a questão dos filhos continuarem morando no setor. De acordo com a grande maioria dos entrevistados, a vida melhorou. O principal motivo alegado é o fato de ser casa própria. Apenas uma moradora acha que ainda não deu tempo de melhorar, pois vivem naquele local apenas há um ano.

Entre os entrevistados, 17 acreditam que os seus filhos irão continuar morando no setor, enquanto 04 entrevistados ressaltaram que não.

A respeito das questões de infraestrutura, buscou-se conhecer aspectos relacionados à saúde, segurança, ações sociais, educação e meio ambiente, conforme os indicadores sintetizados no quadro a seguir:

Quadro 01: Indicadores avaliados na pesquisa junto aos beneficiários do PMCMV do Habitacional Lago Azul, 2017.

	Indi	Sim (%)	Não (%)
Ação social para melhoria da qualidade de vida dos		52,4	47,6
Importância das ações sociais		85,7	14,3
Palestra sobre Saúde, educação e meio ambiente		33,3	66,7
Importância das palestras sobre saúde, educação e meio		95,2	4,8
Importância de representação através da associação.		90,5	9,5

Fonte: Elaborado pela autora.

Verificou-se que existe no conjunto habitacional uma unidade de saúde, porém como informaram os entrevistados, a mesma nunca funcionou. Em caso de necessidade, os

moradores recorrem à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), no setor Araguaína Sul, que fica a, aproximadamente, 5 km do conjunto habitacional.

No que tange, a questões de segurança, originalmente as casas foram entregues sem muros. Um dos primeiros aspectos observados que chama atenção nas residências foi a construção dos muros e as grades nas portas e janelas, adquiridas pelos próprios moradores. Quando questionados sobre os muros e grades, os relatos dos moradores evidenciam o medo de ter seus objetos roubados, fato que, segundo eles, acontece com frequência no conjunto habitacional. Segundo os entrevistados, a ronda policial é quase inexistente e a sua frequência, portanto, é insuficiente para inibir ações desse teor. Os relatos apresentados a seguir demonstram a opinião dos moradores sobre esta questão.

Outro dia tinha alguém olhando para dentro da minha casa pela janela fiquei apavorada, era em volta de 22:00 da noite. (Entrevistado 12).

Insegurança, uma criança de três anos abriu a porta em volta das três da madrugada e saiu, até hoje não se sabe o que aconteceu. (Entrevistado 08).

Já em relação às ações sociais que envolvem geração de trabalho e renda, de acordo com a Portaria nº 21 de 2014, Manual de Instruções do Trabalho Social, elas estão inseridas no programa para possibilitar a inclusão social, minimizando os impactos socioeconômicos (ações sociais profissionalizantes, entre outras atividades) e têm por objetivo a geração de trabalho e renda para os beneficiários do PMCMV.

Assim, buscou-se questionar sobre os tipos de ações sociais existentes no habitacional. Nesse sentido, os entrevistados foram indagados se existia algum tipo de atividade desenvolvida pela ação social para melhorar sua qualidade de vida, principalmente nos aspectos para geração de trabalho e renda. Dentre o quadro de entrevistados, 52,4% afirmaram que existem ações voltadas para melhoria da qualidade de vida, dentre elas foram elencadas as promovidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (Cras), como, por exemplo, aula de Karatê, Zumba e Capoeira. 47,6% disseram não identificar ações com esta abordagem. Além disso, verificou-se junto aos entrevistados se eles atribuíam importância a estas ações. Assim, 85,7% consideram importante, enquanto que 14,3% não consideram importante. Percebe-se certa precariedade no que tange às ações sociais, sendo necessária maior integração entre diferentes instituições.

Outro elemento importante ressaltado no âmbito do PMCMV é educação e meio ambiente, que, de acordo com a Portaria nº 21, Manual de Instruções do Trabalho social, estão inseridos no programa por meio de palestras e são de fundamental importância para os beneficiários para a prevenção dos impactos contra a natureza, educação e para prevenção de

doenças. Essas palestras são fundamentais para orientação dos beneficiários no que diz respeito à saúde, educação e meio ambiente, para a melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, indagou-se aos entrevistados sobre a existência de algum tipo de palestra sobre saúde, educação e meio ambiente. Assim, 33,3% afirmaram que sim, enquanto, a maioria, 66,7% não identificou tal ação.

A respeito da importância atribuída a estas palestras, 95,2% consideram importante, enquanto que apenas, 4,8% afirmaram não possuir nenhuma importância. Assim, pode-se dizer que os moradores reconhecem que estas ações de cunho social são importantes para melhoria da vida no habitacional.

A respeito da organização social do grupo, pode-se dizer que se trata de uma questão importante para que se estabeleça diálogo entre as diferentes esferas públicas e os moradores. Nesta perspectiva, torna-se importante a organização através das associações formais dos moradores. Verificou-se através da pesquisa a importância atribuída para a representação dos moradores pela associação de bairro. Para 90% dos entrevistados, é de suma importância as ações da associação através da figura do presidente do bairro. 9,5%, não atribuíram importância a esta representação afirmando não fazer diferença. Observou-se que os moradores atribuem importância à associação, mas não se consideram parte dela.

Por fim, buscou-se conhecer a percepção dos entrevistados sobre financiamentos. Dentre o grupo de entrevistados, apenas 03 conseguiram explicar tal questão afirmando que:

Financiamento e crédito para comprar casa ou carro e pagarmos a longo prazo (Entrevistado 10).

A grande maioria não soube explicar sobre tal questão. Os entrevistados desconheciam, inclusive, aspectos importantes dos financiamentos, tais como taxas de juros, à medida que, no momento da realização da pesquisa, afirmavam que os valores das prestações da casa estavam aumentando e não entendiam o porquê disso estar acontecendo. Os beneficiários sempre se referem ao imóvel adquirido pelo financiamento como sendo ganhada, por isso a dificuldade de entendimento de aspectos específicos do financiamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o objetivo proposto nesta pesquisa, verificou-se que não existem projetos socioeconômicos para a geração de trabalho e renda para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários como preconizado nas diretrizes da política pública. Este fato talvez possa ser explicado pelo pouco tempo do residencial e pela dificuldade de implementação de políticas públicas com este cunho pelas secretarias. Estas ações são importantes e, quando desenvolvidas, têm o objetivo de promover o potencial profissional e a execução de atividades para os beneficiários atuarem no mercado de trabalho garantindo o auto sustento da família e a inclusão social.

Verificou-se certa precariedade em relação às infraestruturas coletivas, pois, no conjunto habitacional, existe uma carência de posto de saúde, educação, posto policial, iluminação pública, praças, agência bancária, lotérica, farmácia, área de lazer, etc, o que pode acarretar em uma maior vulnerabilidade destas famílias. Por outro lado, o aumento da insegurança que foi um aspecto bastante ressaltado pelos entrevistados, é uma realidade do município, não sendo específica daquela localidade apenas.

Apurou-se também que a maior parte dos beneficiários entrevistados julga como positivo o PMCMV, tendo em vista que as condições oferecidas pelo menos possibilitou acesso à casa própria.

Como essa pesquisa não teve nenhuma generalização de atividade, acredita-se que novas pesquisas possam ser realizadas no sentido do aperfeiçoamento e ampliação do estudo sobre PMCMV. Assim, propõe-se ampliação dos aspectos estudados, bem como avaliação mais aprofundada dos mesmos. Além disso, o estudo pode ser realizado em outros conjuntos habitacionais do município de forma comparativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL 2015, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Caderno de Orientação Técnica Social – COTS. acesso: 22 de Agosto de 2017

BRASIL 2014, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Caderno de Orientação Técnica Social – COTS. acesso: 22 de Agosto de 2017

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BONDUKI, 2011. Moreira 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212017000200097&lang=pt acesso: 22 de Agosto de 2017

BONDUKI, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212017000200097&lang=pt acesso: 22 de Agosto de 2017

BONDUKI, 2009 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212017000200097&lang=pt acesso: 22 de Agosto de 2017

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Construindo Sonhos. Contrato nº 0362.739-62. 2014.

DEMO 1995, Trivinos 1987; Manzini, 1995, 2001, 2003.

IBGE (2016).Tocantins – Araguaína. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=170210> acesso: 22 de Agosto de 2017

IBID, 2011 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212017000200097&lang=pt acesso: 22 de Agosto de 2017

MINISTÉRIODAS CIDADES. Portaria nº 21 <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf> acesso: 22 de Agosto de 2017

MORAIS. I. A. Disponível em

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17339/1/2014_ItamarAraujoMorais.pdf acesso: 22 de Agosto de 2017

SANTOS JR. Montandon, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212017000200097&lang=pt acesso: 22 de Agosto de 2017

_____.Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Costa Esmeralda I. Contrato nº 340.625-47. 2014.

_____.Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Costa Esmeralda II. Contrato nº 340.626-41. 2014.

_____.Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Costa Esmeralda III. Contrato nº 340627-5622010. 2010.

_____.Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Costa Esmeralda IV. Contrato nº340.629-74. 2014.

_____.Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Vila Azul I. Contrato nº 292173-40. 2009.

_____.Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Vila Azul II. Contrato nº 319949-002010. 2010.

_____.Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Lago Azul I. Contrato nº 04114691-10 2015.

_____.Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Lago Azul III. Contrato nº 0398297-89. 2015.

_____. Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Lago Azul IV.